

ES00038

METROPOLIZAÇÃO
METROPOLIZAÇÃO

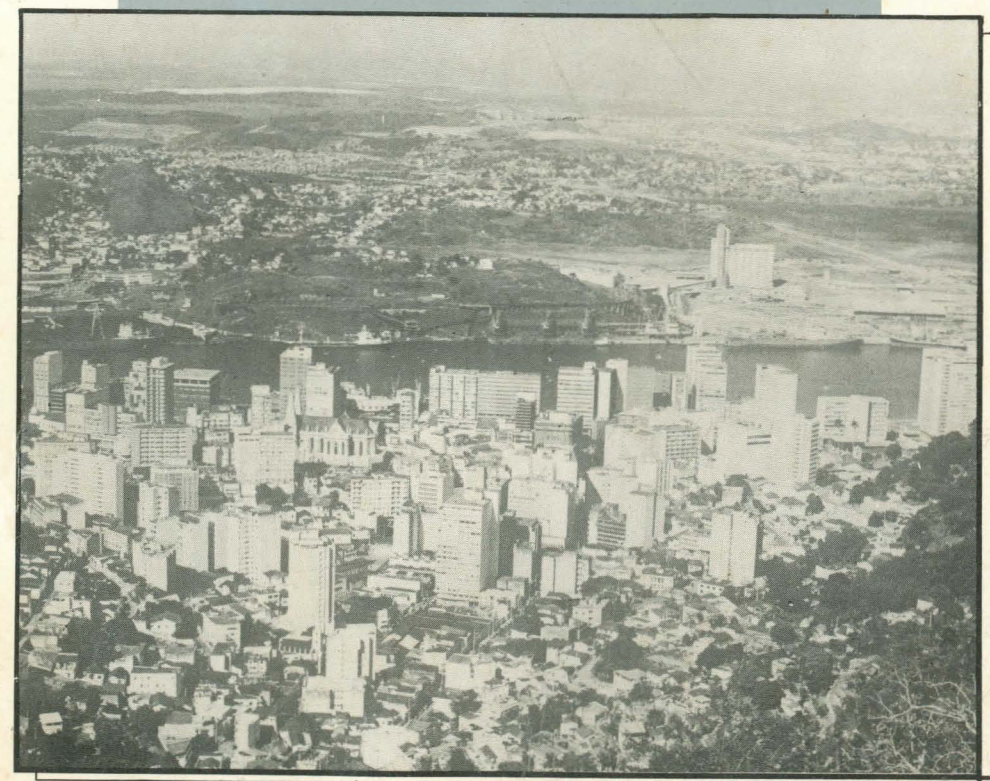
CADERNO DE

DEBATE DEBATE



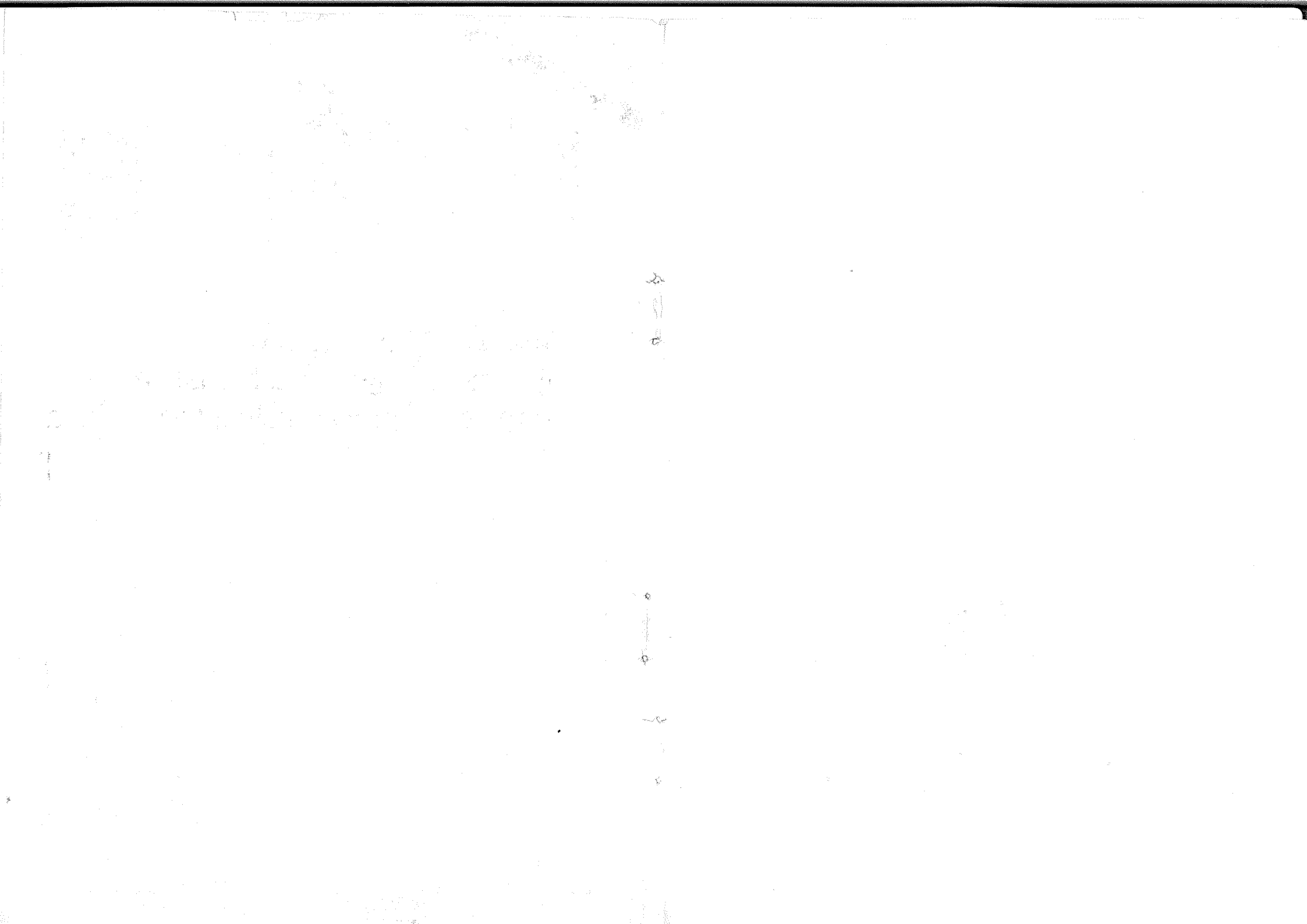
Instituto Jones dos Santos Neves
Ano I . Nº 1 . MAR/90 . Vitória - ES

Análise do Processo de Desenvolvimento Estadual e as Interfaces com a Questão Urbana



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

DEBATE DEBATE



CADERNO

DE

DEBATE

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Max Freitas Mauro

**SECRETÁRIO CHEFE DA
COORDENAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO**

Albuino Cunha de Azeredo

**DIRETOR SUPERINTENDENTE DO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES**

Robson Luiz Pizzuolo

Editado pelo Departamento de Comunicação
e Recursos Audiovisuais do Instituto
Jones dos Santos Neves

COORDENAÇÃO DTC

Fernando Lima Sanchotene

EDIÇÃO

Cristina Dadalto
Eliane Rezende Rocha

REVISÃO

Eliane Rezende Rocha
Djalma Vazzoler

DATILOGRAFIA

Ana Lúcia Soares
Clarice Silva

LAY-OUT, ARTE E CAPA

Lastênio Scopel

APOIO

Terezinha Côgo
Francisca Proba
Rosa Trevas

IMPRESSÃO



gráfica tullio samorini ltda.

ROBERTO GARCIA SIMÕES

Engenheiro Civil

Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Univer
sidade Federal do Rio Grande do Sul

Professor-Assistente do Departamento de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo

Professor do Curso de Mestrado de Engenharia Ambien
tal e do Curso de Especialização de Políticas Públi
cas da UFES

lógica e planejamento do desenvolvimento metropolitano. **Pesquisa e planejamento econômico.** Rio de Janeiro, 19(1): 161-182, Abril, 1989.

4. Ver SUZIGAN, Wilson. **Resstruturação Industrial e Competitividade nos Países Avançados e nos NICs Asiáticos: Lições para o Brasil.** In: **Reestruturação Industrial e competitividade internacional.** São Paulo, FUNDAÇÃO SEADE, 411 p.
5. Para maiores considerações sobre essa proposta consultar: BANDES. **Perspectivas de desenvolvimento integrado do Espírito Santo, no próximo decênio, a partir do crescimento econômico assegurado pelos grandes projetos.** Vitória, 1973. pág. 79-82.

Apresentação

Ao Instituto Jones dos Santos Neves, como órgão de planejamento urbano e regional, compete, entre outras atribuições, promover, consolidar e divulgar estudos, pesquisas e reflexões sobre a questão urbana no Espírito Santo.

Face a essas atribuições, este Instituto elaborou uma programação de eventos que incluiu a realização do Seminário "A Questão Urbana Face à Nova Constituição". Assim, a finalidade deste documento é divulgar as palestras proferidas durante esse seminário, realizado de 13 a 16 de fevereiro de 1989 no IJSN.

Pretende-se também, fornecer a órgãos

governamentais, políticos, empresários, sin
dicalistas, pesquisadores, enfim, à comuni
dade de um modo geral uma visão abrangente
dessa área de interesse e ainda fomentar a
discussão que ora se trava sobre a possível
transformação da Grande Vitória em área me
tropolitana e, em caráter preliminar e à
luz de outras experiências, indicar a defi
nição de uma política de desenvolvimento pa
ra essa aglomeração.

As conferências e debates estão aqui
apresentados após a edição do registro fono
gráfico efetuados por ocasião do seminário.

A Análise do Processo de Desenvolvimen
to Estadual e as Interfaces com a Questão
Urbana é o tema desenvolvido pelo profes
sor Roberto Garcia Simões, nome que dispen
sa maiores apresentações pelas importantes
contribuições trazidas em estudos que bus
cam, em última análise, o entendimento da
realidade do Espírito Santo.

NOTAS
e REFERÊNCIAS

1. Ver OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdi**
do. Classe e identidade de classe. São
Paulo, Brasiliense, 1987. págs.124 e 125.
2. Consultar também acerca do papel do cir
cuito imobiliário em alguns casos de in
dustrialização "periférica": LESSA, Car
los. Acumulação Oligárquica e Formação
das Metrópolis. **Pensamiento iberoameri**
cano. Revista de Economía Política. El
Reto de La Metropolis. Madrid. CEPAL,
(7): 214-217, Enero-Junio, 1985.
3. As considerações feitas a seguir estão
fundamentadas em: SUAREZ-VILLA, Luiz.
Reestruturação industrial, mudança tecno

da região metropolitana, da aglomeração urbana e de microrregião. Vamos ter que discutir novos critérios definidores para a diferenciação articulada de região metropolitana, aglomeração urbana e microrregião. A região metropolitana não deve ficar reduzida à dimensão físico-espacial, a "serviços e obras" comuns aos municípios, abrangendo questões como as colocadas na pergunta anterior.

Análise
do Processo
de
Desenvolvimento Estadual
e as Interfaces
com a
Questão Urbana

p . a . l . e . s . t . r . a . n . t . e
ROBERTO GARCIA SIMÕES

Sumário

- 7 Introdução
- 9 Contornos das tendências de crescimento no Espírito Santo
- 22 Possibilidades e limitações das instâncias estaduais de poder e a modelagem da sociedade
- 34 A relação da via de crescimento com o espaço: Uma contribuição metodológica
- 41 O processo de constituição da Grande Vitória e as prováveis mudanças nas próximas décadas
- 55 A proposta dos anos 70 para institucionalizar a região metropolitana. E hoje?
- 57 Debate

Interferência de participantes - ... É, mas a Constituição do Estado pode adotar como um dos critérios o sócio-econômico, a realidade do Estado, para criação das regiões através de leis complementares...

Roberto Simões - Certo. No Espírito Santo, na minha visão, não devemos nos restringir à Grande Vitória. É preciso estarmos atentos para a possibilidade das microrregiões, inclusive como possibilidade efetiva para o planejamento regional.

A microrregião deve ser trabalhada enquanto uma possibilidade para a formulação de contratendências a esse processo ditado pela via de crescimento analisada.

No litoral norte e na Grande Vitória é irreversível a concentração em larga escala? Essa parece-me ser a questão decisiva. E não sei como vai ficar a discussão interna no IJSN, já que a Constituição Federal abre a possibilidade da institucionalização

que, apesar do nome, também está da Serra.

Dado o aspecto da receita tributária, há toda uma busca dos demais municípios em atrair indústrias, sendo que em Vila Velha o Governador do Estado está implantando um "pólo industrial". Vitória é a capital, sedia os serviços e comércio especializados, sendo que nos demais predomina a função "cidade dormitório". Cariacica, na Grande Vitória, tem elevado índice de loteamentos "clandestinos"... É preciso conhecer estratégias diferenciadas de vida geradas no urbano. Em outro aspecto, com a política ambiental, é fundamental a participação da Prefeitura e da Câmara Municipal da Serra, inclusive pela situação do município na Grande Vitória.

O conhecimento das especificidades da região metropolitana será fundamental para a discussão e definição das leis complementares estaduais, o que é válido para as aglomerações urbanas e microrregiões.

Introdução

O Espírito Santo está sofrendo profundas transformações no processo de crescimento, cujas repercussões e contradições já estão e tenderão a acentuar a reestruturação no e do espaço, notadamente a Grande Vitória e a região litorânea.

Para fins da apresentação do tema, dividiu-se a colocação em dois momentos.

Inicialmente, será feita uma sucinta caracterização de tendência e perspectivas relativas ao processo de crescimento econômico no Espírito Santo, seguida do debate de alguns aspectos relacionados à "questão urbana", particularizando-os para a região da Grande Vitória, e da sistematização de

algumas dúvidas, algumas indagações quanto à institucionalização da região metropolitana, de aglomerações urbanas e das microrregiões.

Até mesmo setores da classe média que incorporaram a modernidade no discurso, não dão a devida importância à metrópole. Em síntese, acredito que a questão-chave é a de que, se por um lado há convergência, por outro, há também conflitos no processo de institucionalização e gestão da região metropolitana, não pode desconsiderar como relevante e de vital interesse a atribuição referente ao controle da via de crescimento amarrada à produção e consumo do espaço.

Esther Miranda - O que gera esse impacto em termos de emprego e renda e em termos de benefícios e malefícios?

Roberto Simões - Primeiro, vamos considerar o significado da formação da região metropolitana da Grande Vitória. O processo industrial recente está concentrado no Município da Serra, inclusive porque as indústrias complementares à CST estão se implantando no Centro Industrial de Vitória - CIVIT - ,

"Desenvolvimento e Zoneamento Industrial", que visa redistribuir parte do ICM dentro da região metropolitana, sendo constantemente questionada pelos municípios penalizados. (Existem dois projetos circulando na Assembléia Legislativa de São Paulo revendo essa lei que "penaliza" alguns municípios). Ao se definir no contexto metropolitano que um dado município terá áreas significativas de preservação ambiental e/ou obrigará prioritariamente projetos habitacionais, como não puni-lo em termos de receita tributária? Mas qual a visão predominante do cidadão? Ele está comumente preocupado com a sua rua, não vai além do bairro, o que dificulta a abrangência requerida para a discussão de alguns problemas urbanos metropolitanos. Falar em Grande Vitória, em região metropolitana, é uma idéia ainda de "técnicos". Os partidos e os movimentos sociais reconhecem a metrópole, mas estão engatinhando na construção de políticas urbanas abrangentes.

CONTORNOS DAS TENDÊNCIAS DE CRESCIMENTO NO ESPÍRITO SANTO

Com relação ao primeiro ponto, adotando-se uma visão prospectiva do processo de crescimento estadual, parece-me importante constatar o seguinte: o Espírito Santo está passando por um momento muito particular que guarda certa semelhança com o vivido no início da década de 70. Nesse período foi constituída a via de crescimento nucleada pelos "grandes projetos".

Embora algumas das decisões tomadas nesse marco histórico só tenham se concretizado com uma defasagem de até 10 anos, o que se quer salientar é a importância desse momento no crescimento econômico da década subsequente.

Hoje estão sendo tomadas ou colocadas em prática uma série de decisões, bem como estão sendo gestadas uma série de possibilidades que irão impactar o Estado do Espírito Santo nas próximas décadas. E quais são essas possibilidades? A primeira diz respeito à afirmação e complexificação da via de crescimento nucleada pelos "grandes projetos". A título de ilustração, caso seja consumada a ampliação da produção da CST, advirá uma série de implicações geradoras de impactos significativos na reestruturação do espaço em virtude de significativas alterações nas matrizes energética e de transporte. Algumas delas já estão ocorrendo, como o pólo carbônico.

Outras, como a ampliação do porto de Praia Mole, a construção de uma estrada de ferro litorânea-sul para o transporte de bobinas, estão por serem efetivadas, conforme exigência do projeto de expansão da CST.

Os atuais prefeitos da Grande Vitória, os vereadores, os movimentos populares têm que considerar como sendo de importância o conhecimento e o posicionamento sobre o RIMA da CST. Isso devido ao seu papel na estruturação do espaço, como atesta a prioridade da duplicação da BR-101-Sul em relação à Norte. Agora, temo que a discussão e a vontade de institucionalização que vem sendo manifestada pelos prefeitos, possa ser interrompida caso não fique claro que existirão conflitos no processo. Por enquanto só estão postas as convergências, os interesses comuns. No momento em que entrar a própria discussão do RIMA da CST, a questão tributária no contexto metropolitano (e estadual) e outras questões, os conflitos emergirão, e será necessário uma árdua negociação.

Em São Paulo foi elaborada e aprovada a Lei Estadual, em 18/07/78, relativa ao

ao direito urbanístico. Da mesma forma, nos instrumentos e institutos jurídicos conferem poder às prefeituras e às câmaras municipais. É necessário a participação de todas as instâncias de poder, a explicitação dos conflitos na relação Governo Estadual - prefeituras e na relação interprefeituras. As organizações da sociedade civil têm que se capacitarem para o exercício do poder de participar e controlar a gestão metropolitana. Está prevista na Constituição a iniciativa popular de projetos de leis, que no caso deve ser articulada em nível metropolitano. Não adianta em inúmeras questões metropolitanas propor, isoladamente, a lei só para um município. Portanto, os partidos, os movimentos, têm como desafio a articulação da sua ação na Grande Vitória.

Os Estudos e o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA - são instrumentos que possibilitam a articulação da via de crescimento com o processo de produção do espaço.

Esses exemplos demonstram que não se trata apenas da duplicação da produção de parte dos "grandes projetos". Mais do que isso, eles estão sendo afirmados e complexificados. Nesse caso estariam envolvidos a CVRD, a CST, a Aracruz Celulose, a Petrobrás e, dependendo de decisões e de pressões que estão sendo feitas em nível nacional, o Corredor de Exportação Minas Gerais-Goiás-Espírito Santo.

Lado a lado a essa via de crescimento ditada pelos "grandes projetos", está se procurando incorporar o Espírito Santo à nova trajetória tecnológica, sendo que as intenções estão voltadas enfaticamente para a informática, em destaque a área de "hardware". Permanece, contudo, uma questão decisiva quando se fala do futuro do Espírito Santo: a possibilidade de desenvolvimento de ciência e de tecnologia. Diante desse quadro, o BANDES está procurando sensibilizar o médio em

presário "local" para modernizar a atividade produtiva sob pena desse segmento sucumbir diante do novo caráter da concorrência nacional e internacional. É o caso da indústria de confecções, da indústria de metal-mecânica, que especificamente está sendo solicitada a ampliar a competência na articulação com os "grandes projetos".

≡≡≡≡≡
"OS SETORES "TRADICIONAIS" DA ECONOMIA NO ESPÍRITO SANTO TERÃO QUE PASSAR, RAPIDAMENTE POR UM PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA"
≡≡≡≡≡

Apesar de alguns esforços no sentido de capacitar essas indústrias, elas enfrentam hoje sérios estrangulamentos para se tornarem competitivas vis-à-vis a indústrias de outros estados. Isso varia para cada setor, mas o que está posto, em grande medida, é que os setores "tradicionais" da economia no Espírito Santo terão que passar,

"progressistas" atuarem nessa questão desconsiderando a interação com a via de crescimento estabelecida pelos "centros de poder", já que esse empreendimento aquece o mercado imobiliário, inclusive em termos de aluguel. Por outro lado, investimentos governamentais de porte, como a Terceira Ponte, também correm para a especulação imobiliária. Um trabalho recente de pesquisa indicou que no espaço compreendido ao longo da Rodovia do Sol entre a Praia da Costa e a divisa com Guarapari existem 33 mil lotes vazios, o que significa, numa "conta burra", 165 mil habitantes. Ou seja, a região metropolitana da Grande Vitória não pode ser tratada somente em termos físico-espacial; além da conexão com a via de crescimento, a dimensão política é central, especialmente no controle e na gestão metropolitana. O Governo do Estado vem atuando como uma espécie de "grande prefeito metropolitano" e teve a sua competência ampliada no que se refere

sabe que em Jardim da Penha 40% da sua área ocupável está vazia. Por sua vez, esse processo de produção do espaço interfere diretamente no custo de transporte. Na Serra, por exemplo, os ônibus circulam por longos vazios urbanos, consumindo óleo... o que vai ser rebatido no preço da passagem, e não está revelado na planilha tarifária. Com relação à questão do solo urbano, o que fez o prefeito Carlos Malta em Vila Velha, com a aprovação da maioria da Câmara dos Vereadores? Mudou a Lei do Uso do Solo, elevando o gabarito. Assim, foi intensificada a construção na Praia da Costa de tal sorte que hoje estão em construção cerca de 70 prédios.

As prefeituras municipais são por excelência o centro de manifestação e pressão dos interesses ligados à terra e à indústria de construção civil, a obras e serviços, ao transporte coletivo. Assistiu-se, no entanto, nos últimos tempos, prefeitos

rapidamente, por um processo de modernização tecnológica. Em algumas situações, no caso do mármore e granito, as transformações poderão advir da formação de "joint-ventures". Nesse sentido, a tendência é o reforço da internacionalização da economia no Espírito Santo, o que vem trazendo e trará reflexos importantes na definição da estratégia de crescimento, repercutindo na reprodução do espaço regional e urbano.

Essa modernização coloca algumas indagações. Uma delas, vital para a estruturação do espaço urbano da Grande Vitória, diz respeito ao emprego e a renda da classe trabalhadora. Sabe-se o papel determinante que a conjugação emprego-renda exerce no processo de ocupação e de produção do espaço urbano.

Quanto à agricultura, em rápidas pinceladas pode-se dizer que o Espírito Santo, em 10 anos, recolocou em destaque o café. Calcula-se o atual parque cafeeiro em 700 milhões

de covas, suplantando o existente no momento da erradicação. A produção decorrente, 60% dela concentrada em 10 municípios, torna o Espírito Santo um Estado quase monocultor de café, restabelecendo, portanto, a vulnerabilidade de economias regionais, com nítidos reflexos na dinâmica do setor terciário de cidades pequenas de porte médio, face às crises cíclicas. Nesse sentido, deve-se considerar o café enquanto um "grande projeto", respeitadas as singularidades.

A transformação marcante na agricultura vem se dando no litoral norte, avançando em direção ao extremo norte, mediante a ação indutora das agências de desenvolvimento do Governo do Estado por meio de incentivos fiscais. Empresas rurais introduziram a macadâmia, a pimenta-do-reino, sem falar do Própolis e da intensificação do plantio de eucalipto, acarretando profunda alteração nas relações sociais de produção, na estrutura

da classe média alta, dos empresários de comércio e serviços. Sem falar que trabalhar ou se articular economicamente com o "centro de poder" é uma estratégia de ascensão, de mobilidade social.

Em particular, no caso da produção do espaço, defendo a posição de que o capital "nativo", por não ter condições de participar diretamente dos "grandes projetos", refugia-se, de forma privilegiada, na especulação imobiliária, na construção civil. O que pode explicar um pouco, e também ser um indicador dessa tese, é o número de lotes vazios na Grande Vitória: 150 mil; o que quer dizer que se tem uma outra Grande Vitória produzida, com graves problemas de degradação ambiental, e negada à maioria da população. Quais as condições políticas para intervir nessa questão? Antes, deve-se refletir sobre a capacidade de investimento exigida por parte do Governo do Estado e das prefeituras municipais, quando se

sabe que em Jardim da Penha 40% da sua área ocupável está vazia. Por sua vez, esse processo de produção do espaço interfere diretamente no custo de transporte. Na Serra, por exemplo, os ônibus circulam por longos vazios urbanos, consumindo óleo... o que vai ser rebatido no preço da passagem, e não está revelado na planilha tarifária. Com relação à questão do solo urbano, o que fez o prefeito Carlos Malta em Vila Velha, com a aprovação da maioria da Câmara dos Vereadores? Mudou a Lei do Uso do Solo, elevando o gabarito. Assim, foi intensificada a construção na Praia da Costa de tal sorte que hoje estão em construção cerca de 70 prédios.

As prefeituras municipais são por excelência o centro de manifestação e pressão dos interesses ligados à terra e à indústria de construção civil, a obras e serviços, ao transporte coletivo. Assistiu-se, no entanto, nos últimos tempos, prefeitos

rapidamente, por um processo de modernização tecnológica. Em algumas situações, no caso do mármore e granito, as transformações poderão advir da formação de "joint-ventures". Nesse sentido, a tendência é o reforço da internacionalização da economia no Espírito Santo, o que vem trazendo e trará reflexos importantes na definição da estratégia de crescimento, repercutindo na reprodução do espaço regional e urbano.

Essa modernização coloca algumas indagações. Uma delas, vital para a estruturação do espaço urbano da Grande Vitória, diz respeito ao emprego e a renda da classe trabalhadora. Sabe-se o papel determinante que a conjugação emprego-renda exerce no processo de ocupação e de produção do espaço urbano.

Quanto à agricultura, em rápidas pinceladas pode-se dizer que o Espírito Santo, em 10 anos, recolocou em destaque o café. Calcula-se o atual parque cafeeiro em 700 milhões

Roberto Simões - O debate dessa via de crescimento coloca sempre algumas perguntas: Se carrega alto grau de excludência social e política, como é que ela se legitima? Quais são os apoios velados ou explícitos a essa via de crescimento?

Em nível de frações da classe trabalhadora, verifica-se que há posicionamentos favoráveis a essa forma de crescimento por parte daquelas que estão participando diretamente enquanto trabalhadores qualificados, em condições de emprego superiores às da região. Da mesma forma, outras frações vinculadas a empreiteiras, à indústria da construção civil, procuram melhorar condições de trabalho e de remuneração.

Em segundo lugar, a estratégia de legitimação, que abrange inclusive programas de políticas como o "Adote uma Escola", da Secretaria de Estado da Educação, contribui para um posicionamento favorável aos grandes projetos. Outro apoio vem de setores

fundiária, na urbanização das cidades, especialmente as de médio porte.

De uma maneira geral, o ritmo e a intensidade do processo de urbanização poderá ser afetado decisivamente pela reprodução da diferenciada pequena produção. Cerca de 300 a 350 mil pessoas dependem, em grande medida, da dinâmica da pequena produção no campo. As dificuldades advindas da política agrícola, a ausência de uma base tecnológica apropriada, o comportamento do preço do café, são alguns dos fatores que poderão vir a intensificar fluxos migratórios em direção à Grande Vitória.

Esse processo econômico vem conferindo vigor ao setor de comércio e serviços, muito pouco estudado. No caso do espaço que veio a ser a Grande Vitória, a estruturação de uma "economia de serviços", nos anos 60, teve uma importância histórica decisiva, fortemente marcada pelo planejamento estratégico

deres conferida às Municipalidades e o desempenho insatisfatório constatado no exercício dessas atribuições permitem classificar a autonomia municipal como um obstáculo ao desenvolvimento integrado (...). O sistema municipal encontra-se ainda subordinado à política de prestígio pessoal, e a administração de obras e serviços comunitários não constitui objetivo-fim, mas apenas objetivo-meio. Estreitamente decorrente do primado da política de clientela, verifica-se a indigência da estrutura, recursos humanos e financeiros".⁵ A alternativa passava pela gestão tecnocrática da região metropolitana.

Espero, a partir do debate, poder explicar melhor os aspectos relativos às contradições urbanas na Grande Vitória e a institucionalização da região metropolitana, refutando essa alternativa de gestão metropolitana proposta nos anos 70.

danças na estrutura urbana da Grande Vitória, assinalando o seu porte atual e as perspectivas com relação a "vantagens" provenientes da concentração populacional. Por exemplo, um shopping center, cuja implantação será nas imediações da Terceira Ponte, ilustra bem este aspecto: 1.800 vagas de garagem, 4 lojas de departamento, 170 lojas, 15 restaurantes, 3 cinemas. Num certo sentido pode-se pensá-lo como estruturador de um novo centro na metrópole, que deterá um vigoroso poder de atração e que interferirá na estrutura urbana da Grande Vitória. Esses blocos de investimentos no setor de comércio e serviços estão exigindo do Estado a definição de novos mecanismos de controle, em certo sentido semelhantes aos que se tem para a indústria, em particular o Estudo de Impacto Ambiental - EIA. Isso porque, no caso de "shopping centers" desse porte, tem-se que avaliá-lo muito bem, na medida em que podem mudar ou in

terferir na política urbana. Seja na política de transporte e tráfego da metrópole, seja na mudança no uso do solo no subespaço localizado no seu entorno.

A complexidade do setor serviços é reforçada quando da análise do "informal", ou do chamado "setor não tipicamente capitalista" da economia urbana. Apesar da sua amplitude e diferenciação, no entanto é nesse setor que a grande maioria da população da Grande Vitória desenvolve alguma atividade e, dessa forma, sobrevive. No entanto, algumas famílias inseridas nos subsetores específicos auferem renda mensal superior àquelas que estão dependentes de empregos formais de baixa remuneração, sem, contudo, terem condições de acesso a algumas políticas estatais, como a habitacional, a do "vale-transporte"... Por exemplo, o acesso à política habitacional oficial fica impossibilitado por não terem comprovação da renda através de

metropolitano de corte eminentemente físico-territorial, na medida em que a análise da metrópole está intimamente associada aos diferentes níveis da divisão social do trabalho e a sua especialização em um dado momento histórico, tomando como base os estágios sugeridos.

A PROPOSTA DOS ANOS 70 FOI PARA INSTITUCIONALIZAR A REGIÃO METROPOLITANA E HOJE ?

Não se pode desconsiderar que, em 1973, a Grande Vitória foi tratada, segundo essa lógica de crescimento, observando-se o momento político, a partir da subordinação da autonomia municipal mediante a constituição da região metropolitana: "A soma de po

ficuldade de encaminhar saídas autônomas em indústrias de oligopólio homogêneo como o de aço. Por isso, "tenta-se evitar a reestruturação da indústria através de acordos entre as empresas no mercado, pela imposição de quotas de produção, de proteção não-tarifária, sem alterar as relações de forças consolidadas".

O desenvolvimento de aços especiais de alta resistência, com constância de qualidade, pureza e desempenho, vem sendo obtido através de controle microeletrônico de processos e da "introdução de novos modos de produzir caracterizados pelo exercício de formas diferentes de cooperação, de atividades de gestão no processo de trabalho, bem como a aquisição constante de novos conhecimentos através de atividades específicas de P & D, do **learning by doing ao learning by using**".⁴

As colocações feitas indicaram a necessidade de ser repensado o planejamento

carteira assinada, "contracheque", sem falar de outras exigências bloqueadoras desse acesso. Decorre que existe na Grande Vitória um circuito de venda de "direitos" de conjuntos habitacionais voltado para o atendimento dessa fração do setor informal de renda superior.

Deve-se salientar, por último, que o setor terciário teve e tem um papel muito importante no recente processo de urbanização do Estado do Espírito Santo, pois a motivação inicial desse processo foi presidida pela desruralização, já que não estava em curso nenhum componente atrativo nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana, até então relativamente "isolados", a não ser os investimentos da CVRD na segunda metade da década de 60. Esse setor terá relevância crescente nesse novo ciclo de investimento.

cesso relativos à siderurgia, tomando-se o cenário internacional. A graduação dessa dependência será subordinada ao desenvolvimento das chamadas indústrias de ponta, vinculadas à atual onda tecnológica, que estão se localizando no CIVIT (Centro Industrial de Vitória).

Até então, pode-se dizer que eventuais defasagens que venham a ocorrer na incorporação de inovações tecnológicas no ramo líder (siderurgia), ou mesmo mudanças drásticas na utilização de determinados produtos, podem levar ao declínio importantes metrópoles, onde uma maior diversificação da base industrial com indústrias mais inovadoras não pode ocorrer com a rapidez suficiente. As Detroit da indústria automobilística, as Pittsburgh do aço, ou as Lowell da indústria têxtil são, entre muitas outras, exemplos expressivos deste fenômeno".

Portanto, passa a ser básico para o planejamento estratégico metropolitano da

de crescimento "estadual" diz respeito ao futuro dos incentivos fiscais. A seletividade, ou a eventual suspensão dos incentivos, irá afetar a sustentação do parque industrial "local" e as transformações na agricultura empresarial no litoral norte. Outro ponto básico que exigirá atenção especial é o comportamento do preço do café. Ele não só será vital para a dinâmica, grosso modo, do interior do Estado, como também continuará tendo papel importante na geração da receita pública, relativizado quando entrar em vigor o ICMS de semi-elaborados. Os dados da Fazenda indicam que em 1987 a CVRD, a Aracruz Celulose e a CST contribuíram com 4,2% do ICM. Essa dimensão das finanças públicas é central para, na identificação dos impactos, definir as fontes que irão lastrear o financiamento dos projetos que, pelo menos, minorem os seus efeitos.

POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DAS INSTÂNCIAS ESTADUAIS DE PODER E A MODELAGEM DA SOCIEDADE

Até então, acredito, que ficou evidenciada a necessidade de ser repensado o papel das instâncias de poder estadual no contexto dessa via de crescimento. O processo de internacionalização é galopante, as articulações em nível nacional tendem a ser cada vez mais fortes, e isso impele a discussão e a definição de políticas públicas relativas ao espaço estadual, observando as limitações crescentes e as possibilidades.

Tem-se uma nítida diferença em relação a 1973. Nessa época as agências de planejamento e desenvolvimento do Estado não estavam ausentes da identificação, controle, viabilização da concepção da estratégia

cessos, devem ser considerados nesses dois últimos estágios o chamado "declínio das economias de aglomeração da área metropolitana, resultante de custos sociais crescentes, do tamanho da população. Esses custos estão manifestos no congestionamento, na poluição e em outros riscos de saúde e na criminalidade. Os custos mais elevados, na área metropolitana, da terra e dos imóveis, dos impostos e a qualidade mais baixa dos serviços em comparação com aqueles que podem ser obtidos na periferia, também podem contribuir significativamente para esse fenômeno". Esse é o estágio da Grande São Paulo.

Dada a clara especialização industrial da Grande Vitória no ramo siderúrgico e afins, que guardam forte entrelaçamento com outros setores da economia, conforme observou-se nos aspectos de caráter metodológico, nota-se que a sustentação do seu ritmo de crescimento está e estará associada à dinâmica dos ciclos de produto e pro

- a) "a proximidade de fontes importantes de matérias-primas é,
- b) a função de transbordo que certas cidades adquirem, devido às suas vantagens como portos ou lugares onde ocorrem mudanças nos modos de transporte".

No entanto, a reestruturação econômica, de ordem internacional, impulsionada por uma nova base científico-tecnológica vem trazendo impactos consideráveis na estrutura produtiva, na estrutura demográfica e de emprego das metrópoles industriais mais antigas, tanto de nações desenvolvidas quanto de nações subdesenvolvidas, considerando-se o 3º e 4º estágios. Esses impactos estão sendo mais fortes nas metrópoles industriais dependentes de um ou dois ramos, nos quais as aplicações em inovações tecnológicas estão muito defasadas ou não estão ocorrendo em novos ramos.

Além dessas mudanças tecnológicas, que promovem inovações em produtos e pro

de crescimento. Atualmente, as agências de planejamento governamental não estão devidamente capacitadas para participar e atuar nesse processo, inclusive porque alguns dos impactos têm que ser vistos sob uma ótica regional, interestadual. No caso específico da Grande Vitória, poderá ocorrer uma ampliação do seu espaço econômico de polarização. Dois fatores estão sendo decisivos. O primeiro delas é a transformação que vem ocorrendo no sul da Bahia, da qual participam importantes grupos empresariais que atuam no Espírito Santo. O segundo diz respeito à instalação da Bahia-Sul Celulose, a 16km da divisa com o Espírito Santo, e que demandará uma infraestrutura de apoio na região do extremo norte, dada a fraca rede urbana no sul da Bahia. Uma outra redefinição regional está para ocorrer em Minas Gerais: a duplicação da Cenibra e a implantação de uma unidade de pasta de celulose na região do Vale do Je

quitinhonha, mais especificamente no Município de Grão-Mongol, poderá acelerar e intensificar os fluxos migratórios do Vale do Jequitinhonha em direção ao Espírito Santo. Assim, sob o ponto de vista regional não se pode desconsiderar que o entorno do Espírito Santo é formado tanto por subespaço em transformação, como o sul da Bahia, o Vale do Jequitinhonha, como por subespaços que permanecem estagnados, como é o caso do norte fluminense, que, no entanto, poderá ser incorporado à dinâmica ditada por grandes agroindústrias.

Recuperando, a questão relativa às instâncias do poder estadual e a via de crescimento, um estudo feito na região metropolitana de Salvador mostrou que há uma tendência de "despolitização da economia" e da "desregionalização da política". Textualmente é dito o seguinte: "As questões econômicas não passam pela mediação política da instância

metropolitano", proporcionada pela compatibilidade significativa em nível nacional e internacional adquirida pela(s) indústria(s) na(s) qual(is) a cidade se especializou; 3º estágio - "maturidade metropolitana" na qual acentua-se o declínio das economias de aglomeração; e 4º estágio - "declínio associado com as metrópoles industriais mais velhas das nações mais adiantadas e de algumas menos desenvolvidas". Em todos esses estágios há implicações no crescimento populacional e na distribuição setorial do emprego.

Diante disso, no Brasil é importante considerar que nas últimas duas décadas a divisão regional do trabalho levou a especialização das metrópoles "periféricas" em determinados ramos industriais.

Essa especialização, correspondendo aos dois primeiros estágios, decorreu basicamente dos seguintes fatores, inclusive no caso da Grande Vitória:

proporcionada pela diversificação de suas atividades, tem que ter como contraponto as mudanças que estão em curso no cenário internacional motivadas pela reestruturação industrial, em particular as dimensões tecnológica e organizacional.

≡≡≡
≡≡≡ **"OS IMPACTOS DO PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DA CST SÃO EXPRESSIVOS E NÃO FICARÃO RESTRITOS AO MUNICÍPIO DA SERRA, NEM SE ENCERRAM NA PRÓXIMA DÉCADA"**

≡≡≡
≡≡≡
≡≡≡
Ao procurar correlacionar historicamente o crescimento industrial e o metropolitano, um estudo recente indicou que devem ser observados quatro estágios. A trajetória das metrópoles industriais nos países desenvolvidos pode ser assim caracterizada: 1º estágio³ - constituição do "pólo de crescimento" do crescimento industrial urbano, 2º estágio - configuração do "status

local, e a representação política se desloca de lugar e de instância. As instituições do Estado, em nível estadual e municipal, não são senão meras administradoras de decisões que estão acima, e é sobretudo nos poderes executivos que se dá a representação, desbordando assim os quadros e as instituições representativas clássicas".

≡≡≡
≡≡≡ **"A SELETIVIDADE, OU A EVENTUAL SUSPENSÃO DOS INCENTIVOS, IRÁ AFETAR A SUSTENTAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL LOCAL E AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA EMPRESARIAL NO LITORAL NORTE"**

≡≡≡
≡≡≡
≡≡≡
Emerge, portanto, a seguinte indagação decisiva para a definição de políticas governamentais, em particular as que dizem respeito ao espaço: dada a crescente internacionalização da economia, dadas as mediações efetivas no plano nacional, como pensar a inser

ção do Governo do Estado, da Assembléia Legislativa, da sociedade, nessa via de crescimento, na qual as decisões estratégicas extrapolam o controle dessas instâncias de poder? Esse parece ser um ponto-chave para a discussão dessa estratégia de crescimento e o processo de produção e consumo do espaço, notadamente na Grande Vitória e litoral.

Portanto, continua em aberto a questão: Há ou não possibilidades efetivas da sociedade, em nível estadual, de pensar estratégias de crescimento para e/ou no Espírito Santo? Em outros termos, esse nível de Federação está inexoravelmente submetido a uma lógica internacional de crescimento que restringe o poder de concepção e a ação resultante da relação Estado-sociedade? Só resta, quando muito, algum controle de certos impactos no território estadual? Essa é a discussão central nesse momento, inclusive para a definição de cenários em relação à Grande Vitória, sem falar das possibi-

restrita a aspectos físicos e a serviços comuns, dada a relevância da via de crescimento que vem estruturando o espaço na Grande Vitória. Por ocasião do pico da construção da expansão da CST serão mobilizados 28.000 trabalhadores. Os fluxos migratórios que advirão, a preservação dos recursos naturais face à pressão exercida sobre esses recursos naturais, inclusive para fins habitacionais da população de baixa renda, indicam a dívida abrangência requerida para institucionalizar a região metropolitana.

Nesse sentido é que se torna imprescindível conectar o debate do planejamento da região metropolitana com a via de crescimento ditada pela teia de relações estabelecidas pelos "centros de poder".

Entretanto, a tendência sugerida para as décadas seguintes, século XXI, no Espírito Santo, relativa à intervenção dos centros de poder, buscando reforçar e/ou ampliar os laços potenciais de complementariedade

alteração nos setores de energia e transporte, confirmando o processo de "causação circular" da concentração na Grande Vitória, os impactos são de toda ordem para o Estado, para a Grande Vitória. Abrangem a transformação na estrutura social, a agudização da problemática ambiental, passando pelo dramático problema do emprego-renda e da representação política da estrutura social marcada por enorme desigualdade de renda.

Para identificar e caracterizar os impactos é importante notar que a duplicação da CST não se esgota na "indústria" em si, repercutindo decisivamente no crescimento da Grande Vitória, dada a localização de sua planta industrial, e do CIVIT, que direcionam a infra-estrutura básica, influenciando assim nas tendências de localização habitacional, na política de transporte, etc.

Nesse sentido, a institucionalização da região metropolitana não tem que ficar

lidades e do alcance do planejamento metropolitano e regional.

Nesse processo fica cada vez mais marcada, do ponto de vista metodológico, a dificuldade de fragmentar-se a análise econômica, social, política, ecológica e urbana. Falar de um "grande projeto" é falar do econômico, do social, do político; é falar, como este trabalho sugere, no caso da CST, da estruturação de uma aglomeração urbana, da magnitude e da abrangência do conjunto de investimentos exercem papel decisivo na conformação do espaço metropolitano na Grande Vitória: é a produção no espaço definindo a produção do espaço.

Sugere-se a hipótese de que os rumos — mantida essa tendência de crescimento — serão, em grande medida, no final do século XX, início do século XXI, ditados pelo planejamento estratégico dos "grandes projetos", traduzido na mudança da atuação da CVRD no Espírito Santo, nas ampliações da

Aracruz Celulose, da CST, e na área de atuação da Petrobrás. Nessa hipótese deve-se levar também em conta os "grandes projetos" de segunda grandeza. São os grupos econômicos formados a partir do café, do transporte e do comércio que vêm promovendo uma crescente integração e diversificação de suas atividades, com influências regionais significativas, inclusive na organização sócio-espacial. Nesse sentido há que se dar um passo analítico fundamental: analisar os projetos desses "centros de poder" de segunda ordem. Desta forma é que deve ser entendida a colocação de que o planejamento estratégico dos "centros de poder" tem um peso decisivo na via de crescimento assumida como dominante no Espírito Santo; em relevo, a CVRD, a CST, a Aracruz Celulose, por serem responsáveis pela geração de quase 30% da renda interna estadual. Neste momento, em qualquer sentido, o planejamento governamental estadual tem muito pouco a di

Recuperando, a hipótese sugerida, relativa ao aprofundamento e complexificação da teia de relações que os "centros de poder" estabelecem entre si, a concentração tende a ser intensificada em função da matriz energética e de transportes: ferrovias-gás. Essa mudança, notadamente na matriz transporte, tende a provocar uma redefinição na estrutura espacial. Ou seja, pode-se presumir que o litoral do Espírito Santo será cortado por uma ferrovia, consumando o pólo da Grande Vitória. Contudo, dependendo do que acontecer no sul da Bahia, temos duas alternativas: ou Linhares e/ou São Mateus "explodem", ou a Grande Vitória ampliará inter-regionalmente o espaço polarizado. Da mesma forma, o gás extraído no norte e canalizado até a Serra - Vitória poderá contribuir para reforçar a concentração, se não forem estimulados investimentos regionais em Linhares e São Mateus que possam utilizar esse insumo energético. Além dessa

▬▬▬
"SOB O PONTO DE VISTA REGIONAL
NÃO SE PODE DESCONSIDERAR QUE O EN-
TORNO DO ESPÍRITO SANTO É FORMADO
TANTO POR SUBESPAÇOS EM TRANSFORMA-
ÇÃO, COMO SUBESPAÇOS QUE PERMANECEM
ESTAGNADOS"
▬▬▬

Antes de se prosseguir com o detalha-
mento dos contornos dessa estratégia de
crescimento, assinalando algumas das trans-
formações que ela ensejará na Grande Vitó-
ria, é importante resgatar na história do
Espírito Santo o papel que as elites polí-
tica e econômica tiveram, e que hoje não
estão tendo, na condução desse processo.
Em 1959, na Federação da Indústria do Esta-
do do Espírito Santo existia um grupo for-
mado pelo Dr. Arthur Carlos Gerardth San-
tos, pelo Dr. Eliezer Batista, dentre outros,
que pensava possibilidades de crescimento
econômico. Acalentava-se, desde então, o
sonho de ter uma siderúrgica, uma expecta-
tiva, um desejo, que veio tomando corpo

Essa estratégia que buscava conqui-
tar o mercado, asiático, em particular o
Japão, teve um papel decisivo na conforma-
ção da CVRD enquanto "agência de desenvolvi-
mento regional", imprimindo uma pesada
reestruturação do espaço. Nesse momento,
o Japão expandia os investimentos no Tercei-
ro Mundo. Assim, a plantação de eucalipto,
em 1967, no norte do Estado, estava ligada
à estratégia da CVRD; da mesma forma, o "Pro-
jeto Cerrados", fundamental na implantação
no Corredor de Exportação GO/MG/ES, já que
a soja preenche os requisitos da "carga com-
binada". É claro que essa estratégia dina-
mizou na Grande Vitória uma "economia de
serviços" e alicerçou as bases para a con-
secução dos "grandes projetos" — CST e Ara-
cruz Celulose.

Procurou-se salientar que em meados
dos anos 60 a CVRD dispunha de uma estraté-
gia, enquanto o Governo do Estado voltava-

se predominantemente para desenvolver as vocações regionais agroindustriais. Essas duas vias concorreram em determinado momento, sendo definida em favor da via de crescimento nucleada pelos "grandes projetos", sob o comando do então Governador Arthur Carlos: "Não dá para o Espírito Santo pensar em crescer, mesmo com incentivos fiscais, com suas próprias pernas". As formulações dos anos 60, o planejamento estratégico da CVRD, encontram campo fértil, passando a contar com o apoio decisivo do Governador. Em termos sócio-espacial, essas formulações são decisivas para a constituição da Grande Vitória, não desconsiderando, obviamente, a importância das transformações no "interior", com relevo para a política de erradiação dos cafezais. A "via de crescimento" que assumiu dominância nos anos 70 reforçou o processo de urbanização e a concentração espacial na Grande Vitória Vitória e litoral norte.

zer. Em 1973 foi produzido um documento pelo BANDES que analisava os "grandes projetos", apresentava os seus riscos. Hoje não se tem nenhum trabalho que faça análise criteriosa desse processo, muito menos estão sendo constituídas as bases técnico-operacionais que propiciem o monitoramento público dessa via de crescimento. O poder articulado politicamente nessa estratégia gera uma sensação de impotência na sociedade estadual, que passa a ter dificuldades crescentes de intervir no processo, inclusive porque essas preocupações não compõem a pauta de ação dos partidos, das instituições representativas. A expressiva maioria dos movimentos sindical e popular, dada a gravidade da crise econômica, não vem tendo condições de aprofundar o significado desse ciclo de investimento.

ponto-chave é que o complexo "estrada de ferro-trânsito do minério-de - ferro-porto" apontava a perspectiva da implantação de uma usina siderúrgica. A CVRD, nos anos 60, enfrentava um desafio: conquistar o mercado asiático. Isso dá uma idéia de como a estratégia estava posta no contexto da competitividade internacional. O principal concorrente era a Austrália, fisicamente mais perto do referido mercado. Portanto, o desafio da CVRD era transformar a distância física desfavorável em uma distância economicamente favorável. Para atingir esse objetivo a CVRD desenvolveu um complexo logístico formado pela estrada-de-ferro, porto e navios de grande porte. A esse complexo logístico estava associada a concepção de "carga combinada", que consiste no seguinte: o navio transportaria o minério combinado com um outro produto de baixo peso, de preferência de maior valor no mercado internacional.

desde os anos 40. Pensava-se em ampliar a possibilidade de ação da CVRD no Espírito Santo, defendia-se a proposta de agroindustrialização do "interior".

O que se pretende com essa rápida incursão histórica é mostrar que havia uma capacidade de planejamento, inclusive não-restrita ao aparelho estatal, que passa a ocorrer hoje no contexto dos "centros de poder". No final dos anos 60, a estratégia de crescimento definida pelo Governo Estadual não estava vinculada à estratégia da CVRD. A opção foi a industrialização volta da para aproveitar as potencialidades e vocações regionais e a constituição do Centro Industrial de Vitória - CIVIT - como fator atrativo de médias indústrias nacionais. Ao mesmo tempo, a CVRD norteava-se por outra estratégia, ainda não estudada devidamente, que veio a ser o suporte para a concepção dos "grandes projetos". É importante frisar que a opção feita então não contava com

o apoio do então presidente do BANDES, Dr. Arthur Carlos Gerardth Santos, segundo de poimento recente do Dr. Christiano Dias Lopes, ex-governador do Estado, em um dos Seminários do Projeto ES Século XXI.

O que se quer marcar aqui é que, no final dos anos 60, a CVRD implantou uma diversificação de suas atividades que, "a posteriori", veio possibilitar a constituição dos "grandes projetos" da CST e Aracruz Celulose.

O Governo do Estado, à época, minimizava a importância da CVRD, reduzindo seu entendimento da Companhia enquanto empresa de transporte e exportação de minério. Só para dar um exemplo de como se desenrolou a estratégia da CVRD, pode-se citar que, em 1967, no mesmo momento que estava se buscando a industrialização quase autóctone, iniciava-se o plantio de eucalipto no Estado.

Portanto, a organização do espaço, o ritmo e intensidade do processo de urbaniza

ciário, muito menos por tomar isoladamente a infra-estrutura, pois o corte setorial, se estabelecido preliminarmente, não dá conta de captar a integração e os eventuais conflitos, inclusive interempresas estas.

Esboçada a estratégia provável de crescimento, passa-se a apontar alguns traços da estruturação da metrópole no Espírito Santo.

O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA GRANDE VITÓRIA E AS PROVÁVEIS MUDANÇAS NAS PRÓXIMAS DÉCADAS

Na interpretação da formação da região da Grande Vitória, é importante partir da identificação da CVRD enquanto agência de desenvolvimento regional, cujo planejamento possibilitou, posteriormente, a emergência dos chamados "grandes projetos". Um

A RELAÇÃO DA VIA DE CRESCIMENTO COM O ESPAÇO: UMA CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA

Para tratar essa questão, propõe-se uma mudança de enfoque, pois os grandes projetos vêm sendo analisados somente em sua dimensão econômica. A proposta é de tratá-los enquanto "centros de poder" que estruturam e modelam uma via de crescimento. E, como todo "centro de poder", tem uma eficiente estratégia de legitimação, contemplando a formação de uma opinião pública. Em particular, para a discussão específica da Grande Vitória é importante considerar que eles definem a via de crescimento, tem um forte poder condutor e indutor da estruturação urbana, passando inclusive a intervir na própria problemática urbana, a pressionar os recursos naturais. Por exemplo,

sociedade vai sendo modelada, que a capacidade de ação desses "centros de poder" e da importância do planejamento estratégico vêm aumentando consideravelmente, que hipótese pode ser aventada para os primeiros decênios do próximo século? A hipótese sugerida para debate é que não se deve tratar esses "centros de poder" — Aracruz Celulose, CST, CVRD, Petrobrás — isoladamente, ou desprezar os centros de poder de segunda ordem mencionados anteriormente. Dada a interação, ou seja, a teia que vem sendo tecida nesse processo, há uma tendência de complementariedade. Esse é o salto que os "centros de poder" já vêm intensificando, conformando inclusive centros de produção e difusão de ciência e tecnologia, que acabam por influenciar algumas políticas estatais. De que forma já vem se dando a interação? Só para ilustrar: A CVRD vai empreender, conjuntamente com o grupo Suzano, uma unidade de produção de celulose no sul da

imprescindível considerar que eles também definem políticas públicas específicas para os trabalhadores: transporte, habitação, "adoção e tratamento" de áreas de lazer.

Por outro lado, esses "centros de poder" pressionam e/ou interferem para a formulação de políticas estatais. E, por último, esses projetos, transformados em "centros de poder", têm a capacidade de promover a articulação de interesses empresariais. Por exemplo, não cabe à direção da CST apenas gerir a planta industrial. Por lá tramitam interesses relativos ao pólo carbônico, à indústria de metal-mecânica do Espírito Santo, a todo um conjunto de serviços, à indústria da construção civil. Daí ser de fundamental importância a articulação da análise da legitimação com a gestão desses "centros de poder".

No tocante aos impostos da CST na Grande Vitória, seu atual presidente, em recente entrevista, afirmou: "Nós estamos na

Grande Vitória, mas toda a questão que diz respeito à Grande Vitória, na qual o Governo Federal tem participação, quem vai tratar, na época, é o Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano e a CEF. Nós não queremos entrar nesse discussão, nós estamos tratando simplesmente do projeto de ampliação". No entanto, os impactos do processo de ampliação da CST são expressivos e não ficarão restritos ao Município da Serra, nem se encerram na próxima década. No plano estratégico está prevista uma terceira expansão para nove milhões de toneladas, acompanhada da instalação de um laminador de tiras a frio, o que propiciará uma articulação com a indústria de bens de consumo duráveis. Por ocasião da concepção da própria CST, a meta prevista era de atingir 12 milhões toneladas/ano. É óbvio que a revolução tecnológica, o novo contexto sócio-político, as "deseconomias" de aglomeração poderão interferir na redução dessa meta.